

Desintrusão da Terra Indígena de Marãiwatsédé: as matérias publicadas no jornal A Gazeta, de Cuiabá¹

Patrícia Kolling²

Resumo: O artigo apresenta uma análise e contextualização das matérias jornalísticas publicadas no Jornal A Gazeta, de Cuiabá (MT), sobre o processo de desintrusão da Terra Indígena de Marãiwatsédé, localizada no noroeste do Mato Grosso, que permitiu a retomada da posse da terra para o povo Xavante. Num recorte temporal de 1º de novembro de 2012 até final de janeiro de 2013, foram coletadas todas as matérias publicadas no jornal. Para a análise, foi realizado o levantamento quantitativo e qualitativo das matérias publicadas, suas editorias, temáticas, fontes e fotografias. O artigo apresenta num primeiro momento a contextualização histórica da Terra Indígena Marãiwatsédé, promove uma reflexão sobre a importância e o significado da terra para uma sociedade indígena e sobre a produção de sentidos na comunicação.

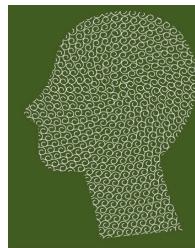
Palavras-Chave: Terra Indígena. Marãiwatsédé. Jornalismo. Gazeta de Cuiabá. Desintrusão.

1. O Processo Histórico: Terra Indígena Marãiwatsédé

Esta história iniciou em 1966, durante a Ditadura Militar, quando os índios Xavante, que viviam na área reconhecida como Marãiwatsédé (“*mata fechada*”, na língua indígena), foram removidos de seu território em aviões da Força Aérea Brasileira (FAB). Grande parte dos indígenas foi levada pelo governo federal para a Missão Salesiana em São Marcos, a cerca de 400 quilômetros, onde enfrentaram uma epidemia de sarampo que dizimou dois terços do grupo. O objetivo da retirada dos indígenas era incentivar a colonização da região nordeste de Mato Grosso, entre as bacias do Xingu e do Araguaia. Desde então, o povo Xavante de Marãiwatsédé luta para

¹ Artigo científico, resultado de pesquisa.

² Docente do curso de Comunicação Social – Jornalismo, Universidade Federal de Mato Grosso – Campus Universitário do Araguaia. Graduada em Jornalismo e Mestre em Comunicação e Informação. E-mail: patikolling@gmail.com.



II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

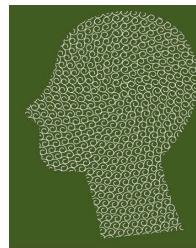
29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

retornar à sua terra, que, por sua vez, foi entregue (não consegui informações precisas se a área foi vendida pelo governo ou se por empresas de colonização) para o Grupo Ometto pelo governo, tornando-se conhecida como Fazenda Suiá Missu, o maior latifúndio do mundo. Ela chegou a ter 800 mil hectares (FANZERES E SANTINI, 2012).

Já nos anos 1980, a fazenda foi vendida para a empresa italiana AGIP Petroli, que no final da década sofreu fortes pressões de grupos ambientalistas da própria Itália da Campanha Norte e Sul para que fosse devolvida aos indígenas. A mobilização culminou no constrangimento do grupo empresarial na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento de 1992, a Eco 92, ao ponto do presidente da corporação, Gabriel Cagliari, prometer a devolução da área aos Xavante. Na semana em que acontecia a Eco 92, o gerente da fazenda, Renato Grillo, juntou-se a políticos locais contrários ao retorno dos indígenas. Em vez da desocupação, foi organizada a invasão de parte da área na localidade, conhecida como Posto da Mata (*M'onipa*), episódio amplamente divulgado nos meios de comunicação (FANZERES E SANTINI, 2012).

A desocupação que aconteceu no final do ano passado é resultado de uma Ação Civil Pública de 1995, que buscava a demarcação e homologação da Terra Indígena Marãiwatsédé, além de sua desocupação com recomposição dos danos ambientais. Ainda em 1992, já haviam sido iniciados os estudos da FUNAI para identificação do território Xavante, homologado em 1998 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Porém, segundo Fanzeres e Santini (2012), foi somente em 2004, após ficarem acampados durante 10 meses, à beira da BR 158, que um grupo Xavante de Marãiwatsédé conseguiu, com respaldo em uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), retomar uma parte diminuta de seu território, onde permaneceu até o início do processo de retirada dos posseiros. A vinda dos indígenas que retornaram a terra, em 2004, não foi pacífica. Eles foram vítimas de diversas formas de violência e intimidação, como incêndios criminosos no entorno da aldeia, roubo de gado dos índios, destruição de ônibus escolar, ameaças de morte e perseguição.

Em 2010, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) julgou por unanimidade que os ocupantes não indígenas agiram de má-fé e não têm direito à indenização. Pressionada pelos Xavante, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento de 2012, a Rio+20, em agosto a FUNAI apresentou o plano de desocupação da área, chamada desintrusão, mas, em setembro, o vice-presidente do TRF1, Daniel Dias, voltou a suspender o processo por força



II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

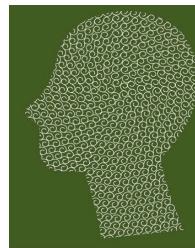
de recursos interpostos pelos fazendeiros. O caso chegou ao STF, quando seu então presidente, ministro Carlos Ayres Britto, derrubou a liminar, autorizando a continuidade do processo de desintrusão.

No dia 7 de novembro começaram as notificações para retirada dos invasores. Oficiais de Justiça percorreram todas as propriedades, residências e pontos comerciais que se estabeleceram de forma ilegal na área, notificando os ocupantes a deixar o local espontaneamente em até 30 dias. Em 10 de dezembro de 2012 iniciou na Terra Indígena Marãiwatsédé, noroeste de Mato Grosso, a retirada de fazendeiros, agricultores, comerciantes e moradores que ocupavam a área há mais de 20 anos. A desocupação da área, de 165 mil hectares, localizada nos municípios de São Félix do Araguaia, Bom Jesus do Araguaia e Alto Boa Vista, foi uma operação organizada por representantes do governo federal com o apoio do Exército, Força Nacional, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal. Porém, a saída das famílias não foi pacífica e nem espontânea. Muitas pessoas, incentivadas por fazendeiros e políticos locais, não cumpriram a decisão judicial, e procuraram dificultar o processo, gerando conflitos com as tropas. Em alguns momentos do início do processo, a Força Nacional teve que recuar disparando balas de borracha e bombas de gás. (FANZERES E SANTINI, 2012). Neste momento todas as pessoas notificadas foram retiradas da região, e a terra, pertence novamente aos povos Xavante.

2. A terra para os indígenas

Ao refletir o tema é preciso ter presente que para as sociedades indígenas, conforme a antropóloga Alcida Rita Ramos (1988) a terra é muito mais que simples meio de subsistência. “Ela representa o suporte da vida social e está diretamente ligada ao sistema de crenças e conhecimento. Não é apenas um recurso natural, mas – e tão importante quanto este – um recurso sociocultural” (RAMOS, 1988, p. 13). Como sociocultural está também revestida de uma linguagem mítico-religiosa.

Cada sítio de aldeia está historicamente vinculado a seus habitantes, de modo que o passar do tempo não apaga o conhecimento dos movimentos do grupo, desde que se mantenha viva a memória dos ancestrais. Estes estão, portanto, ligados ao território, sendo que o foco dessa relação é o local de habitação, isto é a aldeia. (RAMOS, 1988, p.20)



II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

A mesma autora, explica ainda que o significado de territorialidade para as sociedades indígenas não é o mesmo que para as sociedades nacionais que as rodeiam.

Extirpada de seu território, uma sociedade indígena tem poucas chances de sobreviver como grupo cultural autônomo. No território são inscritas as mais básicas noções de autodeterminação, de articulação sociopolítica, de vivência e crenças religiosas, para não falar na própria existência física do grupo. A redução dos territórios tem representado violência de varias ordens, com privação cultural, social, religiosa, moral, econômica e ecológica das sociedades indígenas. (RAMOS, 1988, p.20-21)

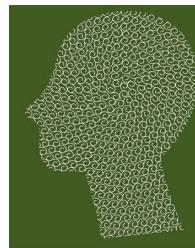
Citado por Ramos, David Prime, destaca que o lugar em que os parentes estão enterrados é sagrado, e já que estão enterrados na aldeia, a aldeia é sagrada (RAMOS, 1988, p. 20)

São exatamente estes aspectos que o cacique da Terra Indígena Marãiwatsédé, Damião Paridzané, traz na carta escrita por ele à sociedade brasileira, em 8 de dezembro de 2012. A carta diz:

Nesse território os ancestrais, nossos bisavós viviam em cima da terra. Esse território é origem do povo Marãiwatsédé. Nessa terra amada foi criado o povo Marãiwatsédé. Agora a desintrusão já começou. Os anciões esperaram muito tempo para tirar os não-índios da terra. Sofreram muito. A vida inteira sofrendo, esperando tirar os fazendeiros grandes. A lei federal, a constituição, as autoridades estão do nosso lado. (...) Quem ocupava a terra eram nossos pais, nossos avós, nossos bisavós que nasceram aqui, cresceram aqui, fizeram festa para adolescente. Lutaram muito, fizeram ritual dentro do território de Marãiwatsédé nem fazendeiro nem posseiro viviam aqui antes de 1960. Era só índio os anciões lembram, só tinham duas casas em São Félix do Araguaia. (...) Antes da retirada da nossa terra mataram muitos Xavante. Os fazendeiros daquele tempo é muito bandido. Mataram com tiro. Morreu Tseretemé, Tsekenhitomo, Tsitomowe, Pa'rada, Tseredzarô, tudo morto com tiro. Não vamos trair o espírito deles. Eles só foram tombados em cima dessa terra. (PARIDZANÉ, 2012)

Alcida Rita Ramos explica que por ser um recurso natural vinculado à vida social, a terra não é e não pode ser propriedade individual. Por isso nas sociedades indígenas não existe a noção da propriedade privada da terra, ou seja, a o acesso a terra e seus recursos naturais são de propriedade coletiva, pertence ao grupo, à comunidade. Desta forma, enfatiza a autora as reivindicações que partem das populações indígenas, tanto em relação à delimitação justa do território, quanto em questões de assistência médica, educação e outros benefícios, enfatizam o grupo como um todo e não os indivíduos isolados.

Para as sociedades indígenas a terra não tem a finalidade econômica de produção para acumulação de capital, como tem para nós. A terra para os indígenas tem a função prover



II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

alimentação necessária para a subsistência, sem a exaustão dos recursos naturais. Para que isto seja possível (RAMOS, 1988) uma comunidade indígena necessita de uma área utilizável bem maior que a circunda a aldeia e as roças. As roças não são usadas até a exaustão, e a fauna e flora não se encontram concentradas. Na Amazônia, por exemplo, as espécies animais e vegetais são muitas, mas dispersas. Por isto explica Ramos (1988, p.22):

Limitar, pois, o território de um grupo às imediações de um centro residencial, a aldeia, é condenar o grupo à penúria permanente, privando-o dos recursos naturais que, por natureza ecológica, acham-se espalhados por grandes distâncias, necessitando consequentemente, de uma exploração extensiva e não intensiva.

A carta do cacique Pardizané, também deixa evidente estes aspectos:

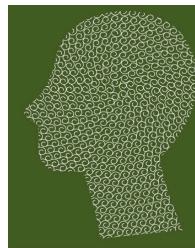
A mata misteriosa que só os Xavantes de Maraiwatsédé conhecem seus segredos. Por isso os antepassados sempre preservaram a floresta, porque ela é da nossa cultura. Essa terra é a nossa origem. Quando a terra for devolvida para o nosso povo, a floresta vai viver novamente. Vai voltar animais e plantas. Nossa mãe vai ficar muito forte e muito bonita, como sempre foi. É assim que tem que ser. (PARIDZANÉ, 2012)

A Terra Indígena Maraiwatsédé fica em uma área de transição entre Floresta Amazônica e Cerrado e desde que foi invadida passou por um intenso processo de desmatamento. “A mata nativa foi substituída por plantações de soja e exploração da pecuária” (FANZERES e SANTINI, 2012). O intenso uso de agrotóxicos, levou a poluição das águas dos rios e do solo.

3. A comunicação neste contexto

O processo de desintrusão da Terra Indígena Maraiwatsédé, no final do ano passado e início deste ano, com a retirada dos posseiros, teve grande repercussão no estado de Mato Grosso nos últimos meses. A mídia fez cobertura ampla dos acontecimentos e as mídias sociais tornaram-se arena de manifestação dos mais diferentes pontos de vista sobre o assunto. Parcada da sociedade trazia manifestações de apoio aos indígenas, e outra parcela, manifestava-se a favor dos fazendeiros e agricultores e contraria a devolução das terras aos indígenas.

Diante do cenário que se constituiu, fomos buscar em Fritjof Capra (2002) alguns conceitos teóricos para pensar a comunicação inserida neste contexto social. Lembramos, então, que ao aplicar compreensão sistêmica da vida ao domínio social, Capra acrescenta o *significado* aos três



II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

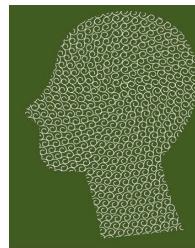
outros pontos de vista sobre a vida, que são a matéria, a forma e o processo. Para ele a compreensão sistêmica da realidade (fenômenos) sociais só se dá pela integração destas quatro perspectivas. Por exemplo, a cultura é criada e sustentada por uma rede (forma) de comunicações (processo) na qual gera o significado. Como matérias da cultura (matéria) inclui-se os artefatos e os textos, cujo significado são transmitidos de geração em geração. Existe aí uma relação entre causas internas (matéria e forma) e as causas externas, que gera o fenômeno por sua ação e que por fim determina a ação da causa eficiente por dar-lhe sentido (significado). A palavra significado é usada como uma expressão sintética do mundo interior da consciência reflexiva (ligada à linguagem e contexto social), que contém uma multiplicidade de características inter-relacionadas (Capra, 2002, p.86).

Seguindo a preocupação de Luhmann, Capra destaca a comunicação como elemento central das redes sociais, sendo esta usada como modo particular de reprodução autopoietica, ou seja, as redes de comunicação geram a si mesmas. “Cada comunicação cria pensamentos e um significado que dão origem a outras comunicações, e assim a rede inteira se regenera – autopoietica” (Capra, 2002, p. 95). Assim, as comunicações produzem um sistema comum de crenças, explicações e valores – um contexto comum de significado – que é continuamente sustentado por novas comunicações.

A partir desse contexto comum de significado, cada indivíduo adquire a sua identidade como membro da rede social e, assim a rede gera o próprio limite externo [...] limite feito de pressupostos, de intimidade e de lealdade – um limite continuamente conservado e renegociado pelas redes de comunicação. (CAPRA, 2002, p. 95)

Capra lembra ainda que a comunicação envolve uma continua coordenação de comportamentos; como também o pensamento conceitual e a linguagem simbólica, e assim gera imagens mentais, pensamentos e significados. A partir desta reflexão, Capra tem razão ao dizer que as redes de comunicação tem duplo efeito: por um lado geram idéias e contextos de significado e, por outro, regras de comportamento ou estruturas sociais.

Vamos, então, pensar as redes de comunicação que se constituem através do trabalho das empresas de comunicação, que diferente da comunicação interpessoal (que atinge um número reduzido de pessoas), através do uso de aparelhos técnicos e institucionais de produção e difusão fala ou escreve para um número incalculável de indivíduos, em espaços cada vez mais amplos e em velocidade cada vez maior. Destaca Thompson (2002) a comunicação de massa está disponível para



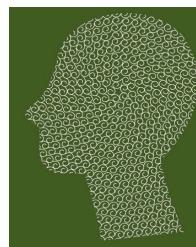
II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

uma pluralidade de indivíduos, que estão no tempo e no espaço dissociados da produção. Além disso, “a comunicação de massa implica a mercantilização das formas simbólicas no sentido que os objetos produzidos pelas instituições da mídia passam por um processo de valorização econômica” (THOMPSON, 2002, p. 33). Ou seja, para ser uma “mercadoria” consumida por parcela significativa da população (clientes), necessita ser um produto de qualidade, melhor que a concorrência. No caso de um produto jornalístico, ter informação, credibilidade, persuasão. Além disso, é preciso lembrar que por traz deste produto comunicativo, está uma rede de interesses econômicos e políticos da empresa jornalística, dos anunciantes, do Estado e outros muitos agentes constituindo uma rede de fluxos de interesses simbólicos. Por outro lado, é uma comunicação “em que os receptores das mensagens da mídia não são parceiros de um processo de intercâmbio comunicativo recíproco, mas participantes de um processo estruturado de transmissão simbólica” (THOMPSON, 2002, p. 31) Ou seja, mesmo tendo a capacidade de intervir através de cartas e das mídias sociais, não se constitui um processo comunicativo simétrico, com interação de ambos.

Lembremos, então do que Capra (2002) nos diz acima, que as redes de comunicação tem duplo efeito: por um lado geram idéias e contextos de significado e, por outro, regras de comportamento ou estruturas sociais. Vamos, então, pensar que o Jornal A Gazeta é um produto do Grupo Gazeta de Comunicação, que possui um canal de televisão, 4 emissoras de rádio, um jornal e uma gráfica. É o jornal com maior tiragem e abrangência do estado. Segundo informações repassada, pelo próprio jornal, são 32 mil exemplares diários, distribuídos em 141 municípios de Mato Grosso.

O Estado de Mato Grosso pertence à área da Amazônia Legal, possui o 3º maior território do país e abriga três biomas - cerrado, floresta amazônica e pantanal. O Mato Grosso é o quinto estado em quantidade de índios, são aproximadamente 20 mil índios de 35 sociedades indígenas divididos em 56 áreas com diversos graus de regularização fundiária, totalizando de 12 milhões de hectares, mais ou menos 12% do estado. Por outro lado, o estado tem na atividade agropecuária a sua principal atividade econômica. É o maior produtor nacional de algodão, um dos maiores soja e de gado de corte. O setor agropecuário é responsável por 28,1% do Produto Interno Bruto (IBGE) (CERQUEIRA, 2013).



II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

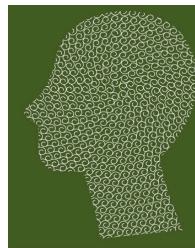
As propriedades rurais de Mato Grosso são caracterizadas por grandes extensões de terra, e dotadas aparelhos tecnológicos que aumentam a produtividade e reduzem os custos, consequentemente, há grande lucratividade. A concentração de terras em latifúndios é herança histórica, fruto de processos de colonização promovidos a partir de 1950. Em 1991, em Mato Grosso, 7% dos estabelecimentos rurais, acima de 1000 hectares somavam mais de 31 milhões de hectares, ou seja, 83% da área total dos estabelecimentos rurais (IBGE apud MORENO E HIGA, 2005).

Mas, porque apresentarmos estes dados todos? Exatamente para pensarmos os contextos, tanto internos como externo, em que estas informações são produzidas e recebidas. Pois, como ressalta Capra, o significado já é por natureza sistêmico, ou está sempre ligado a um determinado contexto. “Para compreender o significado de uma coisa, temos que relacioná-lo com outras coisas do ambiente, no seu passado e no seu futuro. Nada tem sentido em si mesmo” (CAPRA, 2002, p. 96).

4. Dados das matérias e análise

Diante da perspectiva teórica e do cenário acima apresentados, podemos tentar resgatar respostas para a indagação: Como a mídia mato-grossense fez a cobertura jornalística deste momento histórico, a desintrusão da Terra Indígena Marãiwatsédé? A partir deste questionamento escolhi o Jornal A Gazeta para ser analisado, buscando em sua edição digital todas as matérias publicadas sobre o assunto no mês que antecedeu a desintrusão e em que foram realizadas as notificações (novembro de 2012), no mês em que o processo aconteceu (dezembro de 2012) e também no mês posterior (janeiro de 2013), buscando identificar como o repórter ou os repórteres fizeram a contextualização do assunto e auxiliaram na informação da comunidade mato-grossense e na constituição de significados sobre o assunto.

Antes de apresentar os resultados da análise gostaria de destacar que este é trabalho preliminar, de um levantamento superficial do assunto, sem a pretensão de promover uma análise dos discursos ou de conteúdo sobre o tema; mas dar o pontapé inicial de um estudo sobre o assunto, que terá continuidade através de um projeto de pesquisa em estruturação.

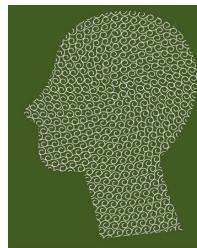


II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

O mês de novembro, que antecedeu o processo de retirada das famílias que ocupavam a região, foi marcado pela notificação dos moradores, pelos oficiais de justiça. O jornal A Gazeta neste mês publicou oito matérias sobre o assunto. Sete matérias foram publicadas na editoria de cidades e uma na editoria de política. A primeira delas foi publicada no dia 06 de novembro, um dia antes de iniciar o trabalho de notificação. O principal assunto abordado nas matérias jornalísticas foi o trabalho de notificação e as tensões que estavam sendo geradas por este processo entre moradores, oficiais de justiça e Polícia Federal. Duas matérias ressaltaram a presença das mulheres e crianças, moradoras da região, protestando em Brasília, na tentativa de sensibilizar autoridades. Três matérias abordaram ainda as articulações realizadas por políticos, como deputados e senadores, na tentativa de mudar a decisão judicial e evitar a desocupação da área. Na matéria publicada no dia 14 de novembro, segunda matéria, a jornalista contextualiza historicamente, em dois parágrafos, a situação, destacando os períodos de retira dos indígenas e as conquistas judiciais para retornar a terra. Em duas edições o assunto foi capa, destacando as tensões que o processo de notificação estava causando. Ambas as capas apresentaram fotos, uma delas mostra mulheres e crianças, em frente ao Congresso Nacional, mobilizadas na tentativa de reverter a situação e outra mostra os indígenas na aldeia. Esta última é foto de arquivo, e na legenda não especifica de que momento trata-se. Das oito matérias publicadas apenas uma não apresenta foto. Duas fotografias publicadas representam instituições oficiais (uma de um policial de costas parado em meio a rodovia e outra de um carro do Incra em frente a instituição). Duas matérias (6 e 27 de novembro) repetem a foto, que também foi publicada na capa, de mães e crianças manifestando em Brasília, uma foto é da aldeia, uma de um político, e outra parece ser de uma mobilização, porém a legenda não esclarece do que se trata. Sete matérias foram produzidas pela jornalista Raquel Ferreira e uma por Marcos Lemos. No dia 28 de novembro o jornal publica na página de Opinião o artigo, Marãiwatsédé versus Suiá Missú, produzido por Roberto Tadeu Vaz Curvo, defensor público interamericano. No artigo ele defende o direito dos indígenas a terra.

Durante o mês de dezembro de 2012, o jornal A Gazeta publicou 21 matérias jornalísticas sobre o assunto, em 18 dias. Destas duas foram publicadas na editoria de Política, uma na editoria de Polícia e 18 na editoria de cidades. 90% dos textos vieram acompanhados de fotografias. As matérias, incluindo as fotografias ocupavam, na sua maioria, de um quarto de página a meia página.



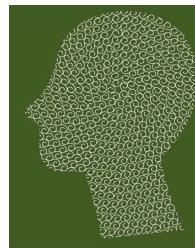
II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

Em dois dias, devido à presença de mais de um texto sobre o assunto, o tema ocupou quase uma página inteira. O enfoque principal das matérias foi: as ações realizadas pela Polícia Federal, Fundação Nacional do Índio (Funai) e demais órgãos competentes para a retirada dos posseiros, com a apresentação de dados e informações do que estava sendo realizado dia a dia. Nove textos tiveram este enfoque, ou seja, 45% dos textos. O segundo enfoque que mais apareceu nas matérias foi a resistência aos moradores em sair das terras e protestos e conflitos gerados em função desta resistência. Seis textos abordaram este tema, ou seja, 30% dos textos. Duas matérias também abordavam as possíveis punições a serem efetivadas contra os organizadores dos protestos e resistências. Duas matérias trouxeram informações políticas, ou seja, ações de autoridades regiões na tentativa de suspender o processo de desintrusão. Outras duas matérias foram sobre a remoção do Bispo Dom Pedro Causadália, que mora em São Félix do Araguaia, defensor da retomada da terra pelos índios e que sofreu ameaças de morte durante o período. As matérias foram produzidas pelos seguintes repórteres: Marcos Lemos (2 textos, editoria de política), Gláucio Nogueira (1 texto) Lisiana Ghisi (1 texto e mais um em parceria com a repórter Raquel Ferreira) e os outros 17 pela repórter Raquel Ferreira.

A partir da leitura das matérias, ficou perceptível que os jornalistas que produziram nos textos não estiveram no local do conflito para a cobertura do evento. Na dúvida, entramos em contato, por e-mail, com a jornalista Raquel Ferreira, que produziu a maioria das matérias, e questionamos sobre o seu trabalho de apuração. Segundo a repórter, ela realmente não foi à região para fazer a cobertura do conflito, por decisão da diretoria do jornal. “Entendo como um certo prejuízo, uma vez que não tive contato de perto com o clima do local. Entendo ainda que a decisão da direção foi no sentido de proteger a equipe”, evidenciou Raquel (FERREIRA, 2013). A jornalista destaca que para a produção dos textos buscou informações com as fontes apontadas como oficiais: Ministério Público Federal (MPF), Polícia Rodoviária Federal (PRF) Polícia Federal (PF) e boletins da Funai.

Esses órgãos eram os representantes do governo e autorizados a falar sobre o assunto, embora nem sempre, falavam. Ouvia os representantes dos manifestantes e da Associação dos Produtores de Suiá- Missú (Aprossum) também, por telefone. Alguns colegas que estavam na região também me passavam informações sobre a situação [...]. O povo xavante era representado pelo MPF, que falava em nome dos índios e da luta, com amplo relato histórico desde a retirada, até o retorno (FERREIRA, 2013).



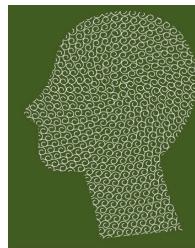
II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

As matérias publicadas trouxeram ainda informações prestadas por algumas fontes, como prefeitos da região, governo estadual e políticos. Esta afirmação da jornalista demonstra que os representantes dos órgãos oficiais foram as fontes de praticamente todas as matérias. Algumas poucas matérias (2 ou 3) trouxeram falas das pessoas que estavam sendo retiradas das terras e nenhuma matéria trouxe os indígenas como fonte.

Como já vimos acima 90% dos textos vieram acompanhados por fotografias. Das 20 fotografias publicadas, em dezembro, nas páginas internas do jornal sobre o assunto, destacamos que 5 (25%) mostram os confrontos entre os posseiros e os policiais. Algumas destas fotos foram publicadas mais de uma vez neste período. Outras três fotografias mostram os policiais deslocando-se em carros oficiais ou portando armas. Outras 3 apresentam os agricultores em ação de protesto quanto a sua retirada. Existem ainda 3 fotos que mostram autoridades ou lideranças, como o governador do estado, a procuradora do Ministério Público, o Secretário de Articulação Social e o bispo Dom Pedro. Uma foto mostra os índios pintados, outra um engarrafamento em virtude de um bloqueio de uma estrada em protesto pela retirada dos posseiros e outras 3 retratam um pouco da região, mostrando um poste pichado, uma fazenda abandonada e um agricultor de costas caminhando, como se estivesse indo embora. Das fotos publicadas no mês de dezembro 75% eram de arquivo e as outras do fotógrafo José Medeiros. Através da entrevista realizada com a jornalista, Raquel Ferreira, identificamos que o fotógrafo José Medeiros não integra o quadro de profissionais do jornal, e é fotógrafo de uma agência de fotografias de Cuiabá, chamada Fotos da Terra. As fotos foram cedidas ao jornal. Segundo a jornalista a escolha das fotografias para acompanhar as matérias não era realizada por ela, mas sim pelo (a) editor (a) do jornal. Todas publicadas com crédito.

Dos dezoito dias em que o assunto foi abordado no mês de dezembro, em onze ele teve chamada na capa. Em três edições a chamada principal da capa foi sobre o assunto. A primeira delas foi dia 11, com a chamada: Desocupação começa com conflito, acompanhada de uma grande foto em que aparece o confronto entre policiais e agricultores. Na edição do dia 14, novamente o tema mereceu uma chamada principal na capa: Federal aponta crimes no processo de desintrusão, desta vez sem foto. No dia seguinte, 15, o tema volta a ser chamada principal de capa, com o título:



II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

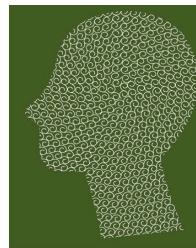
29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

Manifestantes reafirmam resistência, e uma foto grande, dos manifestantes queimando a bandeira do Brasil ocupa um espaço significativo na capa. Nos outros oito dias o tema teve chamadas pequenas na capa, sempre acompanhadas de um pequeno texto sobre o assunto. Três fotos foram ainda publicadas na capa: uma de muitos carros da Polícia Federal e Força Tarefa se deslocando na rodovia, outra de um conflito entre agricultores e polícia e outra de uma criança indígena trabalhando. Na capa não foram publicadas fotos de arquivo, mas sim, fotos produzidas pelo fotógrafo José Medeiros ou de Agência.

O jornal ainda publicou no dia 3 de dezembro na página 02, de opinião, o artigo, intitulado Antropologia Imóvel, escrito pela senadora Kátia Abreu, presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. No dia 12 de dezembro, a direção do jornal escreveu o editorial Marãiwatsédé, uma guerra anunciada.

A partir das informações acima apresentadas ficou evidente que o principal foco das matérias em novembro e dezembro, produzidas pelo jornal foram a resistência das famílias em sair das propriedades (tanto nas notificações, como na execução da ordem de saída), as mobilizações organizadas (entre fechamento de estradas, a queimar a bandeira brasileira) e os conflitos entre este grupo e a polícia. Dez matérias tiveram este enfoque e onze fotografias mostraram protestos e conflitos, sendo duas publicadas na capa. O enfoque também foi manchete de capa do jornal 7 vezes, três vezes sendo a manchete principal. Ainda teve indiretamente a matéria sobre remoção do bispo devido ameaças e sobre as punições aos líderes do protesto que indiretamente são relacionam-se a esta temática. A outra temática focada pelas matérias foram as ações da Polícia, FUNAI, Ministério Público para a retirada das famílias (o que e como tudo estava sendo realizado). A jornalista explica que na desocupação de Marãiwatsédé, o foco das matérias era a saída dos posseiros. “Nesta ocasião, os índios estavam protegidos pela Força Nacional e ninguém tinha acesso”, destaca. Esta observação da jornalista foi a partir de um questionamento nosso sobre o foco das matérias e a falta de reportagem que contextualizassem as ocorrências históricas e a atual situação da aldeia e das terras. Ela justifica que em abril, uma matéria produzida pela jornalista Amanda Alves, contextualiza os problemas enfrentados na aldeia.

No mês de janeiro foram três as matérias publicadas. A primeira em 3 de janeiro destacando o final do prazo para a saída das famílias, que terminaria no dia 04. Acompanha foto de policiais



II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

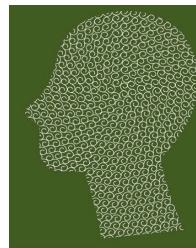
29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

federais de costa em ação de bloquear uma rodovia. Na legenda a informação: tudo que permanecer na região será confiscado pelas equipes que cumprem a reintegração de posse. Esta mesma informação está na chamada pequena de capa. No dia 05, uma matéria destaca que a retirada dos ocupantes continua acontecendo e que estes reclamam da falta de estrutura do estado para retirada e assentamento das famílias. No dia 29 de janeiro, a última matéria publicada com o título: “Concluída a ação de desintrusão”. Uma matéria de um quarto de página, com a foto de uma placa do governo federal que diz Terra Protegida. A matéria fala da entrega a Funai de um auto de desocupação, após 49 dias de trabalho na região.

Após levantamento e leitura das matérias publicadas, apesar do tema aparecer massivamente no meio de comunicação analisado, principalmente no mês dezembro, não houve a contextualização histórica, social e cultural do acontecido. Os conflitos de desocupação não foram fatos isolados, foram frutos de disputas de mais de 20 anos. Os indígenas não abandonaram estas terras, mas foram retirados pelo governo federal em 1966. A posse das terras pelos não-índios era ilegal. A terra para os indígenas representa, como destaca Ramos (1988), não um meio de acumulação de capital, mas um bem sócio-cultural. As matérias jornalísticas publicadas não oportunizam a compreensão universalizada do porque os índios Xavante receberam as terras de volta, o que esta terra representa para eles, como será a sua vida daqui para frente. Compreender o todo auxilia na informação da sociedade, e na produção de significados e sentidos, pois reforça Capra, o significado é sistêmico.

4.1 Contradições

Com base em dados divulgados pela Associação dos Produtores Rurais da Suiá-Missu (Aprosum), a mídia produziu as primeiras matérias com a informação de que sete mil posseiros seriam despejados pelo governo federal. A Associação também divulgou que no Posto da Mata, existiam 98 comércios associados, 7 igrejas, 2 armazéns, escola, posto de saúde. Segundo associação em toda região, eram 814 produtores vinculados a associação. Estes foram os números divulgados pelos repórteres do Jornal A Gazeta, e por outras mídias do estado durante as primeiras (seis) matérias publicadas no mês de novembro. Porém, segundo dados oficiais do IBGE, no Censo Demográfico de 2010, havia 2.427 pessoas em Marãiwatsédé. E, destes, apenas 482 não se declararam indígenas. Segundo relatório da Polícia Federal e Instituto Nacional de Colonização e



II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

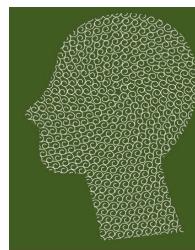
29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

Reforma Agrária (Incra), de 7 a 17 de novembro de 2012, apenas 455 pessoas foram encontradas na área e notificadas a deixar a terra indígena, além de 242 empreendimentos (como casas, comércios e fazendas). Destas, 253 ocorreram no distrito de Posto da Mata. Outros 43 empreendimentos estavam abandonados. Nas matérias publicadas nos dias 29 de novembro e 7 de dezembro a repórter Raquel Ferreira apresenta os dados repassados pelo relatório do Incra e Polícia Federal e pelo Censo Demográfico realizado em 2010, que evidencia que “O número contradiz o que afirma a Associação dos Produtores Rurais da Área Suiá-Missú (Aprosum), que divulga a existência de cerca de 7 mil pessoas vivendo no local, sem contabilizar os índios (FERREIRA, 2013) . A partir desta data as matérias não divulgam mais os números apresentados de Associação, e sim, trabalham com os dados do IBGE e relatório da Polícia Federal e Incra.

5. Considerações finais

Este trabalho preliminar, teórico e empírico de análise, levantou alguns indícios, porém talvez o mais válido tenha sido, as dúvidas e as curiosidades que afloraram a partir dele, despertando o interesse de ir mais a fundo no assunto.

Para olhar sob este material jornalístico foi necessário colocar ele primeiramente no cenário ou contexto em que está inserido. Tanto no contexto de produção, como no de recepção. Lembramos, então, que A Gazeta é um dos maiores, senão o maior jornal de Mato Grosso. Produz edições diárias e está integrada a um Grupo de Comunicação. É um produto de comunicação que circula em um estado com agropecuária forte, principalmente através da exploração do latifúndio. Mas também um estado, que tem mais ou menos 12% da sua área pertente aos indígenas. São 12 milhões de hectares, muitos deles conquistados ao custo de desapropriação de dezenas de latifundiários. Assim também era em Marãiwatsédé, conforme dados oficiais quase um terço da Terra Indígena (FANZERES e SANTINI, 2012) encontrava-se nas mãos de 22 grandes proprietários. Gilberto Luiz de Resende, conhecido na região como Gilbertão, era dono de quase 2.700 hectares em Marãiwatsédé. Ou seja, a maior parte daquelas terras, estava sendo exploradas por grandes produtores. Os latifundiários são um grupo fortemente articulado no Estado, com grande poder



II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

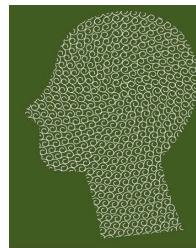
econômico e político. Tanto foi que muitas lideranças políticas locais, entre elas deputados e o governador, batalharam até os últimos momentos para que a região não fosse desocupada e devolvida aos indígenas.

Além disso, existem os contextos sociais e culturais. É perceptível na sociedade mato-grossense, e não somente nela, o preconceito ao indígena, que é visto como vagabundo, que não gosta de trabalhar, sujo. Talvez (e esse é um ponto importante para outra pesquisa), tenham sido os conflitos e conquistas dos indígenas pela terra, ou episódios históricos ou a ainda falta de conhecimento sobre a cultura indígena; que tenham fortalecido o preconceito, que passa de geração em geração e já está inserido no contexto social.

Assim, precisamos destacar que a cobertura jornalística, deste processo de desintrusão, que logicamente tinha o objetivo de repassar informações a sociedade, por esta ser a missão maior de um jornal, sofreu, no mínimo indiretamente, as influências do contexto social, cultural, político e econômico vivenciado no Estado.

É neste contexto que se produzem os significados e sentidos desta rede de comunicação, que se constitui. Para compreender o significado de alguma coisa, temos que relacioná-la com outras coisas do ambiente, no passado e futuro, podendo ser um processo racional e ou emocional. O significado é essencial para os seres humanos, pois temos continua necessidade de captar o sentido dos nossos mundos exterior e interior, de encontrar o significado do ambiente em que estamos e das nossas relações com os outros seres, temos necessidade de agir de acordo com uma intenção ou objetivo.

Temos nesta rede uma série de contextos a pensar: o do jornalista, do editor, da empresa, das fontes, de quem lê as notícias publicadas no jornal. São diferentes contextos de significações e de interesses. Superficialmente, pudemos identificar na jornalista uma profissional que tinha o dever de produzir quase que diariamente uma matéria sobre o assunto, e recorria as fontes oficiais ao seu alcance (lembrando que estava a aproximadamente 1000 km do local do conflito e como ela mesmo diz o acesso por telefone era difícil), buscando produzir um texto informativo do que estava acontecendo no momento, com foco no conflito, que era o que tinha de atual. Lembrando que os manuais de redação dizem que notícia tem que ter novidade, tem que ser atual, tem um espaço limitado e que conflito é um critério de noticiabilidade. A jornalista diz ter tido toda a liberdade



II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

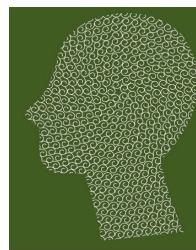
para a produção das matérias. “Em nenhum momento houve qualquer tipo de interferência da editoria ou direção do jornal”, destaca.

Já o editor, que era quem escolhia as fotos e provavelmente produzia as legendas e também as chamadas de capa, estava inserido em outro contexto. Mais próximo da direção da empresa, talvez mais suscetível as influências econômicas e políticas, consequentemente assumia outra postura. Sobre o trabalho dele é interessante observar que com frequência optava por fotografias que evidenciavam o poder da força oressora do estado, a polícia, sendo em fotografias que apareciam os policiais armados, em conflitos ou organizando o trânsito em rodovias. Já na empresa, vimos a omissão de não encaminhar uma equipe de profissionais para a região para fazer a cobertura jornalística de tudo que estava acontecendo. Seja ele qual foi o motivo para esta atitude, sem dúvida os leitores saíram perdendo pela falta de apuração *in loco*, de aproximação do assunto, contato com fontes, humanização. Temos também as fontes, que falam representando órgãos oficiais, e que precisam zelar por seu emprego, família e vida. Segundo Ferreira (2013) havia uma grande dificuldade em “encontrar quem esteja disposto a falar, como o próprio MPF e Funai, que na maioria das vezes mandam apenas nota”.

É neste cenário, ou neste contexto que se produz a informação jornalística e se repassa ao leitor. E o leitor, que é a sociedade, reconfigura seus sentidos a partir do contexto social, político e econômico, até familiar em que ele está inserido. Que sentidos e significados serão estes que ele tem condições de produzir a partir das informações que recebe? Serão sentidos de justiça? Ou de injustiça? De revolta? De piedade? De mobilização? De transformação? De oressão? De dever cumprido? Lembramos Capra, que diz (Capra, 2002, p. 95) que as comunicações produzem um sistema comum de crenças, explicações e valores – um contexto comum de significado – que é continuamente sustentado por novas comunicações.

Referências

A GAZETA. Mato Grosso: Cuiabá. 01 de nov. 2012– 31 jan.2013. Disponível em www.gazetadigital.com.br Acessado em 01 de maio de 2013.



II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental

29 a 31/05/2014 | UFRGS – Porto Alegre/RS | <http://www.enpja.com.br>

CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas** - Ciência para uma vida sustentável. São Paulo: Cultrix, 2002.

CERQUEIRA, Wagner de. Disponível em: <http://www.brasilescola.com/brasil/economia-mato-grosso.htm>. Acessado em 28 de junho de 2013.

FANZERES, Andreia e SANTINI, Daniel. **Invasores começam a ser retirados de Terra Indígena Marãiwatsédé**. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2012/12/invasores-comecam-a-ser-retirados-de-terra-indigena-maraiwatsede/>. Acessado em 01 de maio de 2013.

FERREIRA, Raquel. Entrevista concedida a esta pesquisadora por e-mail no dia 13 de junho de 2013.

MORENO, Gislaene e HIGA, Tereza Cristina Souza (Org). **Geografia de Mato Grosso**. Território. Sociedade e Ambiente. Cuiabá (MT): Entrelinhas, 2005

PARIDZANÉ, Damião 2012. Carta da Comunidade Xavante de Mara... a Sociedade Brasileira.08 dez. 2012. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/documentos/CartaXavante.jpg>. Acessado em 01 de maio de 2013.

RAMOS, Alcida Rita Ramos. **Sociedades Indígenas**. São Paulo: Ática, 1988.

THOMPSON, John. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 2002.